



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638461 - SP (2021/0000907-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : FABRES LENE DE AQUINO DELMONDES
ADVOGADO : FABRES LENE DE AQUINO DELMONDES - SP267139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS HENRIQUE PEREIRA CASTALDI (PRESO)
CORRÉU : SERGIO HENRIQUE CASTALDI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS HENRIQUE PEREIRA CASTALDI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2281201-98.2020.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por ter sido apanhado na posse de 4.110 supositórios de cocaína (908,6 gramas), 1.954 pedras de crack (150,1 gramas) e 60 trouxinhas de maconha pesando 54,7 gramas.

O impetrante sustenta que o decreto da preventiva não tem fundamentação concreta, não demonstra os requisitos da medida, nos termos do art. 312 do CPP, nem a sua necessidade. Aduz que o corréu, que é pai do paciente, foi beneficiado com liberdade provisória e, portanto, merece o mesmo tratamento, pois estaria em situação objetivamente idêntica.

Requer, liminarmente, seja o paciente colocado em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a decisão que decretou a preventiva. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Além do mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, dada a quantidade e variedade de drogas apreendidas com o paciente e a ausência de elementos para a aferição da alegada paridade entre ele e o corréu beneficiado com o direito que pretende ver estendido ao seu caso.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente